

A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)

Oswaldo Biato Júnior

Publicado sob a forma de livro pela Fundação Alexandre de Gusmão, de Brasília, o texto de Oswaldo Biato Júnior foi originalmente escrito como tese para o Curso de Altos Estudos (CAE),

do Itamaraty. Diplomata de carreira, Biato alcançara o nível de conselheiro e, de acordo com as regras itamaratianas, precisava defender com êxito uma tese, a fim de ir reunindo habilitações para poder concorrer à promoção aos níveis superiores de ministro e embaixador. Na época da tese (defendida em maio de 2007), Biato servia como conselheiro na Embaixada do Brasil em Pequim, vindo de vários anos de trabalho na Divisão de Ásia e Oceania-I, responsável pela China no organograma do MRE. Analisar o relacionamento Brasil-China era uma escolha natural para a sua tese e que se revelou feliz, na medida em que esse relacionamento só fez estreitar-se de lá para cá. Haja vista que a nova presidente do Brasil distinguiu a China para uma de suas viagens inaugurais ao exterior.

Essa viagem presidencial poderá ser vista, no futuro, como gesto de consolidação da parceria estratégica entre o Brasil e a China, cujas origens, evolução e perspectivas constituem o processo que Oswaldo Biato Júnior se propôs examinar, com todo o conhecimento de causa que ele viera acumulando. O período central do estudo estende-se de 1993 – quando o então presidente da China e secretário-geral do PCC, Jiang Zemin, formalizou a proposta da parceria estratégica durante visita ao Brasil – a 2006, ano limite ao alcance da reconstituição de Biato. Mas a ideia de parceria tivera uma pré-história, na China e no Brasil, e uma das riquezas do livro é a oportunidade de que dispôs o autor,

Por Amaury Porto de Oliveira*

* Editora Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2010, 437 págs.

graças ao seu contato profissional com setores ligados à formulação da política exterior da China, de visualizar aspectos da gestação da ideia também no lado chinês. O livro editado pela FUNAG inclui o texto de entrevistas realizadas por Biato com diplomatas chineses com longos anos de serviço no Brasil, inclusive na posição de embaixador, através das quais é possível seguir o despertar do interesse da China saída da Revolução de 1949, a República Popular da China (RPC), pelo trabalho com o Brasil.

Desde o restabelecimento das relações diplomáticas (1974), e especialmente após as reformas de Deng Xiaoping, o governo da RPC foi evidenciando – conforme acentua Biato – “uma visão de longo prazo, na qual interesses de curto prazo, por mais sensíveis que pudessem ser, jamais lograram obscurecer o sentido permanente de busca do fortalecimento e intensificação da relação bilateral” com o Brasil (p.38). Algumas constantes podem ser realçadas na elaboração dessa visão. Com sua dimensão geográfica, expressão demográfica e avanço industrial, o Brasil era visto pelos chineses como destinado a desempenhar papel de importância nas relações internacionais e, por conseguinte, como interlocutor fundamental da China na América Latina. Brasil e China partilhavam a defesa de um sistema político internacional baseado em regras multilaterais, tendo na ONU o órgão por excelência com capacidade e legitimidade para atuar na solução de conflitos. Como a China, o Brasil praticava uma política externa independente e nacionalista e – achavam os chineses – não haveria de se deixar influenciar por pressões estranhas ao seu interesse nacional.

No Brasil, em contrapartida, o Itamaraty foi praticamente o único órgão governamental a evidenciar, por dever de ofício, uma visão prospectiva do relacionamento com a China. Biato entrevistou também sucessivos embaixadores do Brasil em Pequim, e seus relatos (inseridos no livro) mostram o esforço diplomático brasileiro por dar longevidade à cooperação sino-brasileira. Para manter vivo, por exemplo, o CBERS, o programa de desenvolvimento conjunto de satélites de rastreamento dos recursos da terra, um projeto tecnológico notável entre países em desenvolvimento, tratado com mais entusiasmo pelo lado chinês. Sob o governo Collor, o projeto foi quase deixado morrer. Coube ainda ao Itamaraty, além de organizar as visitas de presidentes brasileiros à China, receber e ciceronear pelo Brasil as visitas bem mais numerosas de presidentes e primeiros-ministros chineses. O livro revela a surpresa desses visitantes diante do grau de desenvolvimento do Brasil e como eles passaram a buscar informações sobre a maneira brasileira de avançar em setores sensíveis da modernidade, como telecomunicações, infraestrutura, agricultura, saúde e previdência social.

Referência especial deve ser feita a Itaipu. A China estava lançando nos anos 1980-1990 seu grandioso projeto da hidrelétrica de Três Gargantas, e a obra ciclópica de Itaipu despertou grande interesse entre os chineses. Além da inclusão obrigatória de Itaipu nas agendas de visita dos líderes, dezenas de missões de vários níveis passaram a demandar

o Brasil com o objetivo de conhecer a hidrelétrica. Isso levou a que surgesse entre os maiores grupos brasileiros da construção civil a ilusão de grandes negócios em Três Gargantas. Houve uma visão equivocada de como trabalham os chineses, que na maioria das vezes estão apenas buscando aprendizado para seus objetivos mais ou menos distantes, aos quais pretendem chegar o mais possível pelo esforço próprio. Aprenderam o que puderam das realizações brasileiras em Itaipu, e um belo dia tornaram público que construiriam sozinhos Três Gargantas. Empresas brasileiras venderam-lhes apenas algumas turbinas.

Estimulada por diplomatas do Brasil e acomodada nos projetos dos dirigentes da RPC, tomou corpo então a parceria estratégica sino-brasileira. Quem primeiro dela falou, em público, foi Zhu Rongji, que percorreu longamente o Brasil, em março de 1993, na posição de vice-primeiro ministro da RPC. Personalidade poderosa, Zhu Rongji iria ascender rapidamente nos corredores do poder em Pequim, terminando a década como o primeiro-ministro que arquitetou a integração da China na globalização, a moldura do excepcional crescimento econômico chinês nos últimos vinte anos. Ele incentivou o presidente Jiang Zemin a repetir seu itinerário pelo Brasil (novembro de 1993) e a formalizar a proposta da parceria estratégica. Conforme já registrado, o livro de Oswaldo Biato Júnior analisa com autoridade a marcha da mesma, de 1993 até 2006.

Não tentarei resumir essa marcha. Vou direto às conclusões de Biato, mas não sem deter-me, por um momento, no que diz o livro sobre o questionamento que muitos fazem, no Brasil, à oportunidade e ao valor da ideia da parceria. Os principais questionadores estão na FIESP, vindo de setores industriais relacionados com os têxteis, brinquedos e produtos desse tipo, os quais se declaram prejudicados por uma competição chinesa inerentemente “predatória”. Embora mesmo que um diretor da FIESP, em entrevista reproduzida no livro, reconheça que a perda de competitividade internacional desses setores da indústria brasileira decorre, prioritariamente, do chamado “custo Brasil” (taxas de juros desproporcionalmente altas; legislações trabalhista e ambiental complexas; câmbio sobrevalorizado), persiste na imprensa brasileira um movimento de contestação à parceria estratégica com a China, tendo como cavalo de batalha o reconhecimento da economia chinesa como “economia de mercado”. Importa ter presente que a aceitação ou não desse caráter não é dada em função de análises econométricas objetivas. Recusar tal reconhecimento é possibilidade aberta por mecanismo discriminatório imposto aos chineses por americanos e europeus, em 2001, como condição para o ingresso da RPC na Organização Mundial do Comércio. Buscando proteger seus mercados da grande vitalidade das exportações chinesas, membros antigos da OMC criaram um sistema de salvaguardas que lhes permite onerar o comércio com a China, em situações rotuladas não de mercado. Esse mecanismo vigorará até 2013, quando deixará de fazer sentido discutir a natureza da economia chinesa.

Ao contrário do que se lê de vez em quando em jornais brasileiros, o Brasil não foi “o único país a se deixar engabelar pelos chineses”. Dezenas de membros da OMC reconhecem a RPC como economia de mercado e desenvolvem com ela relações comerciais normais. O livro examina os casos de Canadá e Austrália, países com setores agrícola e extrativo fortes, comparáveis aos do Brasil, e indústrias com características semelhantes à brasileira. Em nenhum dos dois ocorreu controvérsia do tipo da ocorrida no Brasil, em torno do reconhecimento do estatuto de economia de mercado à China. Talvez porque Canadá e Austrália possuam economias mais maduras, nas quais o empresariado já resolveu melhor seu relacionamento com o Estado, e comporta-se de forma mais informada, guiando-se por visões de longo prazo.

O Capítulo 7, introdutório às Conclusões, é possivelmente o mais fértil do livro. Nele, Biato faz o balanço da situação da parceria estratégica na altura de 2006, e avança suas expectativas para o curto e médio prazos. Quase três lustros após o lançamento da parceria, a RPC continuava vendo o Brasil como seu principal parceiro na América Latina e importante interlocutor em questões multilaterais e internacionais. No Brasil, vinha-se consolidando o reconhecimento de que a China evoluía rapidamente, de potência regional com atuação geopolítica limitada, para potência de alcance global, capaz de projetar influência econômica e política para além da sua região. Em contraste com a China dos anos iniciais da parceria estratégica, ainda exportadora de *commodities* e mercado para insumos industriais e manufaturas do Brasil, a China do novo milênio fortalecia-se como base de produção industrial de peso mundial, exportadora de produtos manufaturados e importadora voraz dos produtos primários necessários ao crescimento do seu pujante parque industrial. As pautas do comércio bilateral Brasil-China não podiam deixar de refletir a nova situação. A pauta exportadora brasileira tendeu a “primarizar-se”. Em contraste com a participação avassaladora de produtos manufaturados na pauta chinesa. Situação repleta de ameaças, mas também de oportunidades para o relacionamento das duas economias.

Por feliz coincidência, o livro de Oswaldo Biato Júnior veio a público no momento em que assumia no Brasil uma nova presidência, que já vai demonstrando boa compreensão das realidades internacionais em mudança e do que esperar, dentro delas, para o bom encaminhamento das relações bilaterais sino-brasileiras. Diferentemente dos anos 1980-1990, quando a China compartilhava com o Brasil uma agenda internacional marcada pela defesa da multipolaridade e a crítica ao hegemonismo das grandes potências, a RPC de hoje prioriza assegurar a manutenção da ordem mundial vigente. Paralelamente, a ascensão do Leste Asiático dinamizado pela China vem transtornando a situação clássica, na qual os países em desenvolvimento vendiam barato produtos primários para comprar manufaturas caras dos industrializados, e abrindo espaço para a nova situação, na qual os menos desenvolvidos exportam matérias-primas cada vez mais caras para comprar manufaturados baratos, se comprados na China.

A nova pauta exportadora da China para o Brasil não é negativa, necessariamente. O custo mais barato dos produtos chineses, em relação aos produtos dos antigos fornecedores, tem-se revelado ferramenta importante para a redução de custos dos fabricantes brasileiros. Está na hora de governo e empresariado brasileiros inventarem novas abordagens no quadro da parceira estratégica com a RPC. A recente viagem da presidente Dilma Rousseff à China trouxe muitas novidades nesse sentido, e o livro de Oswaldo Biato Júnior é uma bela introdução para que se compreenda o rumo dos acontecimentos.

**** Amaury Porto de Oliveira** é embaixador aposentado, membro do Gacint/IRI-USP. É especialista em temas asiáticos.